



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

O processo que pode decidir a eleição



Marcão Ferreira/CB/D.A. Press

Depois de quase 17 anos da deflagração da Operação Caixa de Pandora, José Roberto Arruda (PSD) trava na Justiça uma de suas mais importantes batalhas. Com candidatura posta, boa receptividade nas ruas e em segundo lugar nas intenções de votos, segundo indicam as pesquisas de opinião, ele precisa vencer uma ação de impugnação ajuizada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), sob a relatoria do desembargador eleitoral Guilherme Pupe, em que será definido o entendimento da Justiça sobre a aplicação da nova lei de inelegibilidades, a Lei Complementar 219/2025, que alterou a Lei da Ficha Limpa. Não é possível apostar em um resultado. Estão em jogo interpretações jurídicas, que vão muito além da letra fria da lei aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional. Além disso, a Justiça Eleitoral tem um olhar político para questões que podem mudar o rumo das eleições e esse viés pode levar a um resultado ou outro. Enquanto isso, Arruda faz campanha e tenta convencer as instituições e o eleitorado de que já pagou por erros que cometeu no passado. Vamos acompanhar os desdobramentos.

A interpretação jurídica e a política

Três questões jurídicas essenciais são apontadas contra a candidatura de Arruda: a lei que cria benefícios pode ser aplicada na esfera cível? Nas condenações penais, não há dúvida, a lei sempre retroage para beneficiar o réu. Mas nas ações de improbidade, há entendimento no STF de que não há retroatividade. Outra questão é: as condenações se referem a casos conexos? Se for essa interpretação, a pena máxima, segundo a nova lei, é de 12 anos. Arruda estaria livre. Mas e se a Justiça Eleitoral entender que as seis condenações de Arruda são processos distintos? A terceira questão é relacionada à constitucionalidade da nova lei. Algo mais abstrato. É o que a Rede Sustentabilidade aponta na ação direta de inconstitucionalidade em tramitação no STF. O ministro Gilmar Mendes pediu vista depois dos votos contra a lei que alterou a Ficha Limpa proferidos pela relatora, ministra Cármen Lúcia, e pelo ministro Luiz Fux. É possível, segundo a avaliação de especialistas, que o relator no TRE, desembargador Guilherme Pupe, aponte a necessidade de aguardar uma deliberação do Supremo Tribunal Federal.

Arquivo Pessoal



Goleada

Leandro Grass (PT) tirou uma tarde de descontração domingo para acompanhar com amigos, no Estádio Bezerrão, a vitória do Gama sobre o São José, com uma goleada por 4 x 0, que carimbou o passaporte do time para a Série C do Campeonato Brasileiro. Grass torce para o Botafogo, mas o Gama deu um belo exemplo para quem busca uma vitória.

Votos cruzados

Muitas misturas de chapas vão acontecer nesta campanha. Ao cruzar com Paula Belmonte (PSDB), o deputado Alberto Fraga (PL-DF) revelou ontem que a mulher dele, Lidia Lira, tem muita simpatia pela candidatura da tucana. “É possível que ela vote em você”, revelou Fraga, ressaltando que Arruda (PSD), o candidato dele, ainda tem tempo para virar esse voto. Paula ainda brincou com o deputado do PL: “Ela é que vai te convencer a votar em mim”.

Reprodução/Instagram



Escolha de segundo turno

Ao participar do *Podcast do Correio*, Cristovam Buarque (PSB), candidato a deputado federal, disse que considera Ricardo Cappelli (PSB) o melhor nome para governar o DF nos próximos quatro anos. Mas, se ele não estiver no segundo turno e se a disputa for entre a direita, votará em José Roberto Arruda (PSD).

Divulgação



Agora é federal

Depois de sonhar com o GDF, o senador Izalci Lucas (PL-DF) lançará oficialmente sua candidatura a deputado federal hoje. O evento será realizado às 19h, no World Brasília, localizado no Setor de Indústrias, e reunirá apoiadores, lideranças e convidados. Izalci e Fraga serão os candidatos à Câmara dos Deputados que receberão mais recursos do PL. Algo em torno de R\$ 3 milhões. Segundo Fraga, Agaciel Maia (PL), que também está no páreo, já tem uma “campanha rica”.



Ed Alves CB/D.A. Press

Paulo H. Carvalho/ Agência Brasília



Lista tríplice para o TJDF

Os procuradores de Justiça Trajano Sousa de Melo, Vitor Fernandes Gonçalves e Roberto Carlos Silva integram a lista tríplice que será encaminhada ao presidente Lula para nomeação ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Eles foram escolhidos pelo Pleno da Corte em sessão realizada ontem. A vaga corresponde ao quinto constitucional reservado aos membros do Ministério Público, que está aberta em decorrência da morte da desembargadora Maria de Lourdes Abreu.

Tradição

A jornalista e empresária Katia Cubel vai promover a festa do 22º Prêmio Engenho de Comunicação — O Dia em que o Jornalista Vira Notícia em 10 de novembro, no Centro Cultural do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília. A premiação reconhece profissionais, veículos e trabalhos que se destacam pela qualidade do jornalismo produzido a partir da capital federal. Já é uma tradição.

Divulgação



Carnaval em agosto

Depois de vários adiamentos, finalmente 12 escolas de samba de Brasília vão desfilar nesse fim de semana (21 e 22/8), no Cave, no Guarã. Cinco escolas de samba do Grupo de Acesso ainda não confirmaram quando e onde irão desfilar.



Divulgação

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



Ao *Podcast do Correio*, o parlamentar candidato à reeleição endureceu as críticas ao Senado Federal em relação à Lei de Execuções Penais e defendeu a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para combater a violência urbana

Mais rigor contra o crime

» DARCIANNE DIOGO

Com seis mandatos como deputado federal e candidato à reeleição, Alberto Fraga (PL-DF) concedeu entrevista ao *Podcast do Correio*, com as jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos. Na conversa, fez duras críticas à atuação do Senado na tramitação de propostas relacionadas à segurança pública, uma das principais bandeiras de sua trajetória no Congresso. Fraga falou sobre a consolidação da aliança com o ex-governador José Roberto Arruda (PSD), candidato ao GDF, e apresentou as propostas para a próxima legislatura. Entre os temas abordados, estiveram os rumos da segurança pública no país e os desafios para o combate à criminalidade.

Ponto polêmico, a PEC da Segurança Pública, que reorganiza o sistema de segurança pública, chegou ao Senado para análise no fim de julho, depois de ter o texto aprovado e redigido pela Câmara dos Deputados. Fraga acredita que há grandes chances de o Senado fazer

modificações. Se assim for, a proposta retorna à Câmara para votação. “A PEC que chegou para nós foi um verdadeiro desastre. Não tinha nada que prestasse. Colocamos alguns pontos de interesse da sociedade e de combate ao crime organizado”, pontuou.

Em contrapartida, mostrou-se otimista quanto à instalação de uma comissão especial que vai analisar a proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Ele afirma que a medida é estratégia para combater a criminalidade e enfraquecer o uso de jovens por organizações criminosas. “Continuarei nessa luta. Passei 16 anos na persistência. Aproveitos, foi para o Senado e deixaram prescrever. O Senado, hoje, é o cemitério dos projetos da Câmara”, criticou.

No embalo das queixas à Casa legislativa, Fraga exemplificou projetos “simples” que poderiam ter deslançado e, em vigor, até evitado tragédias. Entre eles, o PL 2.054/2023, que obriga que a mulher vítima de violência doméstica seja informada quando houver concessão de liberdade ao agressor. “Qual a dificuldade

em votar esse projeto? Não tem oposição a isso. É algo que me entristece”, lamentou.

Propostas

Caso seja reeleito, Fraga pretende iniciar o novo mandato com propostas legislativas voltadas à proteção das mulheres. As medidas, segundo ele, devem ser estudadas com cautela para evitar o “conto do vigário” de apostar em iniciativas de prevenção que, na avaliação dele, destoam da realidade. “Não adianta mentir dizendo que vai criar uma política preventiva, porque é um crime entre quatro paredes. Temos que tratar com penas duras, sem visita íntima na cadeia ou qualquer benefício de pena”, avaliou.

O deputado atribui a diminuição de crimes contra à mulher ao investimento no aprendizado das crianças. Essa, segundo ele, é estratégia certa para a queda nos índices.

Fraga criticou a Lei de Execuções Penais e defendeu o cumprimento integral da pena ao custodiado. “No

Brasil, o cara mata e em sete, oito anos ou até menos, está solto. Não faz sentido. A lei precisa ser reformulada”, acrescentou, demonstrando total insatisfação às saídas temporárias, que beneficia presos do regime semiaberto.

Aliança com Arruda

Fraga afirmou que se sente honrado com a possibilidade de caminhar ao lado de José Roberto Arruda na disputa eleitoral. Segundo o deputado, a relação entre os dois é antiga e atravessa toda a sua trajetória política. Ele disse que, após 16 anos de dificuldades para retornar à vida pública, não poderia deixar de apoiar Arruda em sua volta à política.

Ao comentar a presença de Bia Kicis e Michelle Bolsonaro no evento político ontem, afirmou que explicou previamente às duas o convite feito a ambas. Para ele, não houve constrangimento no encontro, pois considera a relação de lealdade entre Michelle e Celina semelhante à que mantém com Arruda.

Fraga também declarou que

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Fraga: “O Senado, hoje, é o cemitério dos projetos da Câmara”

acredita na eleição de Michelle Bolsonaro para o Senado e defendeu uma atuação conjunta entre ela e Bia Kicis. Na avaliação dele, as duas têm força eleitoral e podem trabalhar para eleger uma à outra. “Se alguém na plateia tirar foto com ela, ela vai”, afirmou.

Questionado sobre sua relação com Ronaldo Caiado, Fraga disse que, caso não estivesse no PL, votaria no governador de Goiás para

a Presidência da República. Apesar da amizade com Caiado e de considerá-lo preparado para o cargo, afirmou que seguirá a orientação partidária, ou seja, apoio a Flávio Bolsonaro (PL).



Aponte a câmera para assistir ao podcast